

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.275.948 - SP (2018/0082803-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
AGRAVANTE : PAULO BERNARDO SILVA
ADVOGADO : JULIANO JOSE BREDAS - PR025717
ADVOGADOS : VERÔNICA ABDALLA STERMAN - SP257237
LAIZA ROESNER SIN - SP399805
AGRAVANTE : GUILHERME DE SALLES GONCALVES
ADVOGADO : ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO - SP206320
ADVOGADA : REGINA CIRINO ALVES FERREIRA DE SOUZA - SP287667
AGRAVANTE : PAULO ADALBERTO ALVES FERREIRA
ADVOGADOS : JOSÉ ROBERTO BATOCHIO - SP020685
GUILHERME OCTÁVIO BATOCHIO - SP123000
RICARDO LUIZ DE TOLEDO SANTOS FILHO - SP130856
LEONARDO VINICIUS BATTOCHIO - SP176078
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por PAULO ADALBERTO ALVES FERREIRA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial ajuizado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Tendo em vista que a pretensão aqui formulada – reconhecimento do juízo competente – já foi obtida por ocasião da concessão da ordem no HC n. 415.597/PR, impende reconhecer que o presente recurso perdeu seu objeto.

Eis a ementa do referido julgado:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. AÇÃO PENAL. DEFINIÇÃO DE JUIZ COMPETENTE. CONFLITO DE COMPETÊNCIA PROVOCADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO JUÍZO QUE SE DECLAROU COMPETENTE.

1. De acordo com a jurisprudência firmada por esta Corte de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, eventual nulidade pela inobservância da regra de prevenção não é absoluta, mas relativa, cujo reconhecimento está condicionado à alegação no momento processual oportuno e à demonstração do prejuízo suportado pela parte, sob pena de preclusão. [...] A questão inclusive foi objeto de súmula no Supremo Tribunal Federal, editada sob o n. 706, prevendo: É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção (HC n. 225.316, Ministro Og Fernandes, DJe 9/10/2013).

2. O Ministério Público Federal provocou conflito de competência para se decidir qual juiz seria o competente para processar e julgar

a Ação Penal n. 0009462-81.2016.403.6181, muito após ter sido intimado da decisão que definiu o Juiz titular da 6ª VFC de São Paulo como competente, agindo depois de ter tido a oportunidade de se manifestar nos autos, por diversas vezes, e sem indicar qual o prejuízo que justificaria a nulidade dessa decisão, o que deu causa à preclusão.

3. Não há conflito positivo de competência no presente caso, tendo em vista não ter ocorrido a manifestação de dois juízos no sentido de serem competentes para processar e julgar a mesma ação penal.

4. Ordem concedida para reconhecer o Juiz titular da 6ª VFC/SP como competente para processar e julgar a Ação Penal n. 0009462-81.2016.403.6181.

(HC 415.597/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, relator p/ Acórdão Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 03/12/2018)

Ante o exposto, **julgo prejudicado o recurso.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator